

Gisele Toassa, Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Divino de Jesus da Silva Rodrigues (org.)

# PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E DESIGUALDADE SOCIAL: DO PENSAMENTO À PRAXIS



Conselho Editorial da Editora da Imprensa Universitária (\*iU)

*Coordenação Editorial – Conselho Editorial*

Alice Maria Araújo Ferreira (UnB)

David Maciel (UFG)

Divina Aparecida Anunciação Vilhalba

Fernando de Freitas Fernandes (UFG)

Joana Plaza Pinto (UFG)

João Pires (UFG)

Julyana Aleixo Fragoso (UFG)

Maria Lucia Kons (UFG)

Pamora Mariz Silva de F. Cordeiro (PUC-Goiás)

Renan Nunes Leles (UFG)

Salustiano Álvarez Gómez (PUC-Minas)

Tadeu Pereira Alencar Arrais (UFG)

Tathiana Rodrigues Salgado (UEG)



**Universidade Federal de Goiás**

Reitor: *Edward Madureira Brasil*

Vice-Reitora: *Sandramara Matias Chaves*

---

# Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis

Gisele Toassa  
Tatiana Machiavelli Carmo Souza  
Divino de Jesus da Silva Rodrigues  
(organizadores)



Editora Imprensa Universitária

\*iU

© Editora Imprensa Universitária, 2019.

© Gisele Toassa, Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Divino de Jesus da Silva Rodrigues (org), 2019

Capa e Editoração Eletrônica: Julyana Aleixo Fragoso



## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

---

P974 Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis.  
[Ebook]/ organizadores, Gisele Toassa, Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Divino de Jesus da Silva Rodrigues. - Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

338 p.: il.;

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

Inclui referências.

ISBN (Ebook): 978-85-93380-64-8

1. Psicologia social. 2. Política pública – aspectos sociais.  
3. Educação. I. Toassa, Gisele. II. Souza, Tatiana Machiavelli Carmo.  
III. Rodrigues, Divino de Jesus da Silva.

CDU: 316.6:177.5

---

Bibliotecária responsável: Adriana P. Aguiar / CRB1: 3172

## Sumário

- 8 APRESENTAÇÃO**  
Gisele Toassa  
Tatiana Machiavelli Carmo Souza  
Divino de Jesus da Silva Rodrigues
- 19 Eixo 1: Desigualdade social e psicologia:  
questões de participação social e política**
- 20 A SUBJETIVIDADE REVOLUCIONÁRIA:  
QUESTÕES PSICOSSOCIAIS EM CONTEXTO  
DE DESIGUALDADE SOCIAL**  
Bader Burihan Sawaia  
Daniele Nunes Henrique Silva
- 42 CRISE DO CAPITAL E AGRAVAMENTO DA  
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL**  
Ivanete Salete Boschetti
- 58 O ESTADO E A SOCIEDADE ENTRE REALIDADES  
NEGOCIADAS: O CASO DE ATIVISTAS E  
GESTORES DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO**  
Frederico Viana Machado  
Dinaê Espíndola Martins  
Lisiane Bôer Possa
- 86 “VOTO SIM PELA MINHA FAMÍLIA!”:  
PSICOLOGIA SOCIAL E A CONJUNTURA ATUAL  
NO BRASIL**  
Antonio Euzébios Filho

- 106 Eixo 2: História, teoria e método: novas fronteiras
- 107 **UMA DEFINIÇÃO INDEFINIDA: CONTRIBUIÇÕES RECENTES AO CONCEITO DE VIVÊNCIA NA PSICOLOGIA VIGOTSKIANA**  
Gisele Toassa
- 134 **AS IDADES DA VIDA: CRIANÇA NA OBRA DE VIGOTSKI**  
Divino de Jesus da Silva Rodrigues  
Rosana Carneiro Tavares  
Sônia Margarida Gomes Sousa  
Ivana Oriente
- 159 **CONDIÇÃO DE REFUGIADO: ESTUDOS SOBRE REFÚGIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SUJEITO SOCIAL**  
Francisca Bezerra de Souza  
Luciane Pinho de Almeida
- 185 **A CLÍNICA NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: UMA ABORDAGEM DIALÉTICA**  
Edna Maria Severino Peters Kahhale  
Jeferson Renato Montreozol
- 206 **UMA REFLEXÃO SOBRE RELAÇÕES FAMILIARES DA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA**  
Maria Irene Ferreira Lima Neta  
Edna Maria Peters Kahhale
- 235 Eixo 3: Pesquisa implicada e políticas públicas
- 226 **PESQUISA IMPLICADA EM SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARTICIPANTE E DA HERMENÊUTICA**  
Carlos Roberto de Castro e Silva  
Danilo de Miranda Anhas

- 245**      **“TERRITÓRIO EM MOVIMENTO”:  
EXPERIÊNCIAS EM TORNO DE OFICINAS DE  
FOTOGRAFIA**  
Kátia Maheirie  
Ângela Slongo Benetti  
Fernanda Lopes  
Luísa Evangelista Vieira Prudêncio  
Tatiana Minchoni  
Manoel Mayer Jr.  
Caio Cezar Cardoso Nascimento
- 268**      **SALA DE ESPERA: FORMAÇÃO E  
TRANSFORMAÇÃO DE MODOS DE EXISTIR**  
Eliane Regina Pereira  
Barbara Maria Turci  
Beatriz Zocal da Silva  
Samantha Pires Oliveira Freitas Pedrosa  
Ana Laura Batista
- 286**      **CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS  
INFÂNCIAS NO BRASIL: ANÁLISE DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**  
Adélia Augusta Souto de Oliveira  
Livia Teixeira Canuto
- 305**      **VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA  
PERSPECTIVA DE PROFESSORES DO ENSINO  
SUPERIOR**  
Nayra Daniane Mendonça  
Tatiana Machiavelli Carmo Souza
- 330**      **Sobre os autores**

# APRESENTAÇÃO

Gisele Toassa  
Tatiana Machiavelli Carmo Souza  
Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Há mais de trinta anos publicava-se o livro *Psicologia social: o homem em movimento* (CODÓ; LANE, 1984), gestado ainda no seio da ditadura civil-militar que assolou nosso país. Essa publicação simboliza a articulação de parte das forças de esquerda que lutavam, por meio da produção da pesquisa em psicologia, por mais direitos civis, políticos e sociais; pela plena realização da democracia; pela redução ou eliminação do abismo social entre ricos e pobres. Relatando pesquisas que se desenvolviam desde os anos 1970, o livro documenta a articulação de um novo referencial: o da psicologia sócio-histórica, sinônimo de psicologia crítica, politizada, eticamente engajada, entre outros atributos.

Em uma das músicas-símbolo daquele tempo, *Cálice*, Chico Buarque e Gilberto Gil (1978) expressavam o *pathos* da atmosfera política: calar-se; fechar-se; coisificar-se. Esse sofrimento se acompanhava de uma demanda tímida, mais que modesta – em verdade, ínfima, mínima, demanda dos que não tinham vez nem voz; a demanda de *ser escutado*:

Como é difícil acordar calado  
Se na calada da noite eu me dano  
Quero lançar um grito desumano  
Que é uma maneira de ser escutado  
(BUARQUE; GIL, 1978)

Em meio a tanta “mentira e força bruta”, os artistas evocavam o imperativo de falar a quem escutasse. Esse homérico silêncio engendrado pela violência de Estado também se impunha à profissão cujo carro-chefe, em nosso país, era a escuta individual, praticada em contextos privados: a psicologia. Quase ausente do espaço público (no qual se proibia a simples aglomeração de pessoas), a psicologia, como ciência e profissão, começava

a escutar o sofrimento para além dos indivíduos que o falavam, passando a percebê-lo como dor social. Engajada nos movimentos sociais, no sofrimento das populações mais pobres, percebia também as camadas históricas de exploração, de desigualdade, de opressão. Escutando, os psicólogos e psicólogas corroboravam o pressuposto de Vigotski (1931/1995) – um dos autores que balizariam a nascente psicologia sócio-histórica – acerca da constituição histórica da conduta. Referindo-se à relação entre história individual e social desse processo, afirma o autor: “O indivíduo em sua conduta manifesta em forma cristalizada diversas fases de desenvolvimento já acabadas. Os múltiplos planos genéticos do indivíduo, que incluem capas de distinta antiguidade, conferem-lhe uma estrutura sumamente complexa” (1995, p. 68).

A psicologia buscava-se saber do *social e histórico*. A reflexão acumulada sobre a psicologia europeia e estadunidense em sua teoria e prática e o engajamento com a esquerda católica e os movimentos socialistas não só do Brasil, mas da América Latina como um todo, garantiam o desenvolvimento de uma nova psicologia que seria “nativa” de nosso continente (DANZIGER, 2006)<sup>1</sup>. O estudo de temas como tomada de consciência, processo grupal, relações comunitárias, entre outros, afirmava a identidade da psicologia sócio-histórica frente à ditadura militar e sua posição crítica no decorrer do longo processo de transição para a democracia. Com isso, popularizava-se o conceito de *práxis* como modo de agir coletivo permeado por um movimento de ação-reflexão-ação, caracterizado pela horizontalidade das trocas sociais. A “práxis” opõe-se às meras “práticas” em psicologia ao pressupor a indissociabilidade entre processo e produto da ação, buscando a transformação social por meio de um convite à ação comum.

O desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão, em conexão com o das entidades da área e do sistema de pós-graduação no Brasil,

---

1 O desenvolvimento de “psicologias nativas” (no inglês: “indigenization”) consiste no processo de introdução de ideias, métodos e práticas psicológicas em países distintos daqueles nos quais se originaram. Para Danziger (2006), essa introdução sempre se adapta ao novo contexto, havendo a priorização de certos aspectos em detrimento de outros, além de reinterpretações e distorções próprias da cultura do país no qual ela ocorre.

vem se dando em relação com o da própria psicologia sócio-histórica. Em 2002, agregaram-se pesquisadores cuja trajetória fazia-se de uma formação/atuação nesta perspectiva, criando o Grupo de Trabalho: “A Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social” (GT PSOH), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP)<sup>2</sup>. Esse grupo, ao longo dos anos, vem buscando divulgar suas pesquisas por meio da realização de eventos e publicações coletivas diversas. Suas produções revelam como a psicologia sócio-histórica abraça novos temas e toma espaço nas políticas públicas, mudanças importantes que se mostram tanto no presente livro quanto em outras publicações que efetivou.

A presente coletânea teve origem na segunda edição do Colóquio do GT PSOH “Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro: Interdisciplinaridade e Transformação Social”, realizado em 06 e 07 de Abril de 2017, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Para sua efetivação, envolveram-se os Programas de Pós-graduação em Psicologia da PUC e também o da Universidade Federal de Goiás (UFG)<sup>3</sup>. Além de duas palestras sobre o tema da desigualdade social, cuja versão escrita apresentamos nesta coletânea<sup>3</sup>, os membros do GT realizaram 12 comunicações. A maioria delas resultou nos capítulos que ora apresentamos, distribuindo-se nos eixos temáticos: Desigualdade social e psicologia: questões de participação social e política; História, teoria e método: novas fronteiras; Pesquisa implicada e políticas públicas.

O eixo “Desigualdade social e psicologia: questões de participação social e política” abre-se com o texto correspondente à palestra de Bader Burihan Sawaia, escrito em coautoria com Daniele Nunes Henrique Silva. As autoras refletem acerca da subjetividade e das questões psicossociais

---

2 O GT é composto por vinte e dois docentes permanentes, quase todos vinculados a programas de pós-graduação e provenientes de dezessete instituições em onze estados do território brasileiro, totalizando quatro regiões, além de nove membros convidados, dentre pesquisadores e doutorandos que desenvolvem investigações em torno da desigualdade social no contexto da realidade brasileira.

3 Contemplado com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), o evento contou, no primeiro dia, com duas conferências abertas ao público (656 registros de presença, entre profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação em psicologia).

em contexto de desigualdade social, apontando que os fenômenos sociais, incluindo a desigualdade, são psicossociais e se configuram na dialética objetividade/subjetividade. No presente capítulo, tal concepção é desenvolvida com base na ideia de que a luta pela emancipação é uma dimensão irremovível do humano. Assume-se a análise gnosiológica a partir da psicologia sócio-histórica de vertente marxista, afirmando a determinação social a partir da compreensão de que a passagem do social ao psicológico é um processo dialético, mediado pela imaginação, um ato criativo, e que, portanto, liberdade e determinação não são excludentes. Completa a análise, a partir da filosofia de Espinosa, afirmando a ideia de sujeito da potência de ação, em uma totalidade sem hierarquia e distinção entre o social e o individual, o corpo e a mente, razão e emoção.

Em seguida, Ivanete Salet Boschetti discorre acerca da crise do capital e o agravamento da desigualdade social no Brasil, em texto que resulta de sua palestra no II Colóquio. Partindo da discussão sobre o conceito de crise como processo intrínseco ao capitalismo, a autora aponta os elementos sócio-históricos que consolidam o sistema e, ao mesmo tempo, incidem no esfacelamento do Estado, repercutindo nas políticas públicas sociais. Ao historicizar as crises do capital com base na perspectiva marxista, o texto revela a atual dinâmica de transformação na composição das classes sociais e a ampliação de movimentos específicos de defesa dos direitos sociais, políticos e humanos. Dessa forma, partindo de distintos pontos de vista – político-institucional, das estruturas sociais, cultural e ideológico – procura apreender as tendências mundiais das contrarreformas das políticas sociais e suas implicações para o acirramento da desigualdade social.

Os autores Frederico Viana Machado, Dinaê Espíndola Martins e Lisiane Bôer Possa partem das contribuições de Jacques Rancière para atribuir sentido à diversidade dos discursos de ativistas de movimentos sociais e de agentes do Estado envolvidos na gestão e operacionalização de políticas educacionais de Porto Alegre, RS. Apresentam a importância do conceito de “subjetivação política” nos espaços estatais, conceito este que descreve a produção de atos e enunciações antes desconhecidos em certo

campo da experiência. Os autores concluem que, no processo de subjetivação política, revelam-se tensões entre ativistas vs. agentes do estado, embora ambos se queixem do afastamento entre o “sujeito institucional” (imerso no cotidiano estatal) e o sujeito social (implicado na vida social, nas comunidades, na sociedade como um todo). Os resultados mostram que a percepção de um “insulamento” das instituições educacionais em si próprias contrasta com a fluidez do trânsito dos ativistas, trânsito este que se dá entre temas, repertórios e espaços sócio-políticos diversos.

Encerrando esse primeiro eixo do livro, Antonio Euzébios Filho, alicerçando-se em Martín-Baró, Paulo Freire, André Singer, Silvia Lane e Bader Sawaia, analisa o discurso conservador enunciado na votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 2016. Como base de tal discurso, o autor descreve a coalizão entre burguesia, proletariado e classes médias engendrada pelo Partido dos Trabalhadores, bem como a dramática perda de sustentação deste evidenciada no decorrer do Golpe de Estado de 2016. Observando que a ideia de “psicossocial” engloba um processo contínuo de múltiplas determinações, Euzébios Filho defende o valor de conceitos como consciência e ideologia no suporte ao novo contexto de polarização política entre o conservadorismo do “Voto sim pela minha família!” e os movimentos sociais que não têm se calado no Brasil pós-golpe.

O eixo “História, teoria e método: novas fronteiras” inicia-se com o texto de Gisele Toassa, que trata da utilização do conceito vigotskiano de vivência (*pereživânie*) em distintos campos do saber, especialmente na psicologia e na educação. Apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a produção teórica, brasileira e internacional, acerca de tal conceito, partindo de sua própria tese de doutorado: “Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural”. Alguns outros autores estudados são Veresov, Achilles Delari Júnior e Boris Gurievitch Meshcheriakov, entre outras referências do campo da história da psicologia. Os resultados mostram como as vivências constituem-se em uma “definição indefinida”, havendo pontos fortes e fracos na conceituação proposta por

diversos autores, a partir dos quais a autora delinea aspectos importantes para a compreensão e utilização do conceito em uma psicologia crítica.

Em seguida, os autores Divino de Jesus da Silva Rodrigues, Ivana Oriente, Rosana Carneiro Tavares e Sônia Margarida Gomes Sousa, apresentam um recorte da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Infância, Família e Sociedade da PUC Goiás, cujo objetivo foi apreender as categorias infância e adolescência em obras vigotskianas, com o texto “As Idades da Vida e a Afetividade na Obra de Vigotski e sua apropriação na Produção da Pós-Graduação em Psicologia”. O capítulo aponta que o ato de investigar infância e adolescência nas obras de Vigotski acaba revelando que o autor rompe com a visão mecânica e biologizante predominante em sua época. Ademais, traz à tona que o processo de desenvolvimento da criança e adolescente não é apenas natural e/ou biológico, mas produto histórico-dialético da sociedade; que o estudo da infância e da adolescência é uma possibilidade de compreender o ser humano e o processo de constituição de sua subjetividade, inserido em uma realidade concreta, afetado continuamente por seu contexto e suas relações.

A contribuição seguinte é o texto de Francisca Bezerra de Souza e Luciane Pinho de Almeida. As autoras problematizam os deslocamentos humanos como uma nova questão político-social em nosso país tomando em consideração um fenômeno recente, o do aumento do número de refugiados no Brasil. Francisca e Luciane baseiam-se em estatísticas para problematizar os estudos sobre refúgio e suas implicações para o sujeito social na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Frente ao desafio de desenhar novas políticas para os refugiados, o texto aborda a condição deles como sujeitos de direitos – de acesso ao trabalho, saúde, educação, moradia, dentre outros. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, as autoras procuram compreender essa realidade em seu constante movimento, determinantes sociais, singularidades e contradições. Neste sentido, propõem a escuta psicossocial como processo tanto de conhecimento – necessário à formulação de políticas públicas – quanto de reconhecimento da importância da experiência social do sujeito refugiado.

Em seguida, Edna Maria Severino Peters Kahhale e Jeferson Renato Montrezol tematizam a constituição de uma clínica na psicologia sócio-histórica a partir da noção de *clínica ampliada* da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (PNH). Essa modalidade de atendimento procura aumentar a autonomia do usuário do serviço de saúde, da família e também da comunidade, catalisadora para a articulação de diferentes enfoques e disciplinas. Os autores recuperam contribuições de clássicos da teoria marxista (como Kosík, Vázquez e Lukács, entre outros) ao propor a necessidade de compreensão das intervinculações e interdependências entre singular-particular-universal no processo de constituição da relação indivíduo/sociedade. Como mediador(a), o(a) psicólogo(a) proporcionaria aos sujeitos a gradual decodificação do seu mundo, a compreensão dos mecanismos que o oprimem e desumanizam; que alienam sua consciência e mistificam tais situações como naturais. Desvelar-se-ia, assim, uma consciência crítica frente à realidade, conduzindo a novas práxis e, conseqüentemente, novas formas de consciência e relação social, avanço significativo da pesquisa em psicologia conquistada por uma escuta social e política do sofrimento da população dependente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda neste eixo, Maria Irene Ferreira Lima Neta e Edna Maria Severino Peters Kahhale apresentam uma reflexão acerca das relações familiares a partir da psicologia sócio-histórica, alicerçando-se nos pressupostos delineados por Dessen, Bruschini, Martín-Baró, González-Rey, entre outros, além da definição de família para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do projeto de lei nº 6583/2013 que dispõe sobre o Estatuto da Família. As autoras defendem, ao longo do texto, a existência de várias configurações de família e ressaltam que a constituição de uma família não necessita de ligações consanguíneas – e deve sob esse prisma que se introduz o estudo da família para a psicologia. Em conclusão, as autoras apontam que as relações familiares sob a ótica da psicologia sócio-histórica podem ser pensadas como relações tanto construtivas quanto destrutivas, como também formas de transição dialética entre ambas as configurações.

No eixo “Pesquisa implicada e políticas públicas”, nossa coletânea reafirma a identidade da psicologia sócio-histórica brasileira ao problematizar mudanças sociais e trazer novas experiências/conhecimentos para o âmbito das políticas públicas. Nesta direção, temos intercâmbios e retratos das formas mais recentes de opressão, como demonstram Carlos Roberto de Castro e Silva Danilo Miranda Anhas no texto “Pesquisa implicada em saúde: contribuições da pesquisa participante e da hermenêutica”. Os autores recorrem à Hermenêutica da Profundidade de Thompson ao desenvolver uma pesquisa implicada, cujo objetivo foi investigar e desenvolver a potência de ação de agentes comunitários de saúde (ACSs) que atuam na Estratégia de Saúde da Família com uma comunidade vulnerável do município de Cubatão. Ao imergir em um cotidiano no qual o tráfico regula as relações sociais, reproduzindo as diversas formas de violência estrutural da sociedade brasileira (a desigualdade de classe, cor e escolaridade, entre outras), Castro-Silva e Anhas trazem-nos retratos dignos do “Cálice” do *rapper* Criolo, na famosa releitura deste sobre a canção original de Chico Buarque e Gilberto Gil:

Como ir pro trabalho sem levar um tiro  
Voltar pra casa sem levar um tiro  
Se às três da matina tem alguém que frita  
E é capaz de tudo pra manter sua brisa  
Os saraus tiveram que invadir os botecos  
Pois biblioteca não era lugar de poesia  
Biblioteca tinha que ter silêncio  
E uma gente que se acha assim muito sabida  
Há preconceito com o nordestino  
Há preconceito com o homem negro  
Há preconceito com o analfabeto  
Mas não há preconceito se um dos três for rico, pai  
[...] Afasta de mim a biqueira, pai  
Afasta de mim as biate, pai  
Afasta de mim a coqueine, pai  
Pois na quebrada escorre sangue, pai  
(CRIOLO *apud* VICELLI, 2015, p. 117)

Assim, Castro-Silva e Anhas explicitam que algo do silêncio demandado às populações mais pobres já não é aquele, generalizado e explícito,

da ditadura. Entretanto, novas formas de sofrimento decorrentes da disseminação do tráfico de drogas ilegais passaram a compor o cenário de opressão histórica que permeia a formação do sujeito, configurado tão poeticamente na canção de Criolo.

Também o relato de experiência dos autores Kátia Maheirie, Ângela Slongo Benetti, Fernanda Lopes, Luisa Evangelista Vieira Prudêncio, Tatiana Minchoni, Manoel Mayer Jr e Caio Cezar Cardoso Nascimento apresenta a potência que oficinas de fotografia junto a usuários de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) carrega para a ressignificação de problemas sociais, abrindo um novo horizonte de possibilidades. Ali-cerçados no conceito de território e discutindo a inserção da psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os autores retratam possíveis movimentos em um território marcado pela vulnerabilidade social. Dessa forma, na articulação entre território e fotografia, política social e arte, problematizam a vida, a liberdade, os direitos, o pertencimento, o espaço, o olhar, a identidade, o processo grupal e a constituição de sentidos sobre a experiência da humanidade e da criação coletiva.

Nessa direção, desenvolve-se o texto de Eliane Regina Pereira, Barbara Maria Turci, Beatriz Zocal da Silva e Samantha Pires Oliveira Freitas Pedrosa, que foca a intervenção em promoção de saúde na atenção básica em um local inusitado: a sala de espera. Defendendo uma “terapêutica estético-política”, as autoras subsidiam uma discussão sobre a atuação de psicólogos crítica e comprometida com a singularidade do sujeito social. Apontando elementos significativos para a formação profissional em Psicologia, o texto também descreve a apropriação da arte (músicas, poemas, fotografias etc.) como recurso para o agenciamento de estranhamentos, aproximações e possibilidades de reflexão. Nesse contexto, a sala de espera é caracterizada como lócus potente ao compartilhamento de histórias de vida, trocas de experiências e constituição do processo grupal.

Adélia Augusta Souto de Oliveira e Livia Teixeira Canuto apresentam uma revisão sistemática de literatura visando a uma metassíntese do conceito de infância no Brasil com base na psicologia. Pesquisaram-se

periódicos brasileiros que tivessem interesse explícito pela psicologia e fossem classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos estratos A1 e A2 (versão *online*) da área da psicologia em 2015. As autoras apontam que, na análise dos artigos, o marco para a visibilidade da infância foi o cenário do movimento higienista, seguido pelos estudos da infância no contexto sociocultural da assistência social e nas políticas públicas sociais na atualidade. As autoras concluem que a análise do conceito de infância permitiu visualizar a transformação histórica de suas concepções junto da concomitante mudança nas relações sociais e políticas adjacentes. Desse modo, afirmam que as políticas públicas direcionadas à infância constituem um campo de desafios para as práticas “psi”, o que torna imperativa a busca por um posicionamento crítico da Psicologia em relação às demandas que está atendendo no contexto de políticas públicas de assistência à infância, tendo sempre em vista a transformação social.

Por fim, surge o texto de Tatiana Machiavelli Carmo Souza e Nayra Dariane Mendonça que trata da violência contra mulheres (VCM) na perspectiva de professores do ensino superior, relatando pesquisa da qual participaram docentes de unidades acadêmicas da Universidade Federal de Goiás/ Regional Jataí. Os sujeitos da pesquisa admitiram a existência de desigualdade de gênero na universidade, visto que, embora as mulheres tenham adentrado na academia em maior número, não conseguem vivenciar plenamente todos os seus ambientes. As autoras concluem que, ao negligenciar a historicidade da VCM em diversos momentos, os participantes isentaram a si e, de certa forma, a própria universidade, da reflexão sobre comportamentos que depreciavam as mulheres. Ao serem questionados sobre propostas de erradicação da VCM, eles falaram apenas de forma genérica e pouco se implicaram na possibilidade de construir espaços de saberes e compartilhamento de experiências. Nesta direção, as autoras sinalizam a urgência de problematizar as relações de gênero e poder existentes no espaço universitário e seus impactos na produção do conhecimento científico.

Ansiosos para que este livro seja catalisador de novas pesquisas, diálogos e lutas sociais, convidamos nossos leitores a nos enviar suas impressões e participar, conosco, do futuro desenvolvimento da psicologia sócio-histórica brasileira. Em nome do GT PSOH, desejamos a todos e todas uma boa leitura e muita práxis!

## Referências

BUARQUE, C.; GIL, G. Cálice. In: BUARQUE, C. **Chico Buarque**. Philips/ PolyGram, 1978. Letra. Disponível em: [http://www.gilbertogil.com.br/sec\\_musica\\_info.php?id=132&letra](http://www.gilbertogil.com.br/sec_musica_info.php?id=132&letra). Acesso em: 19 fev. 2018.

CODO, W.; LANE, S. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DANZIGER, K. Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In: BROCK, A. C. (ed.). **Internationalizing the history of psychology**. [s. l.] NYU Press, 2006. p. 208-225.

VICELLI, K. K. Pai, aproxima de mim esses cálices – Criolo, Chico Buarque, Gilberto Gil, João Cabral de Melo Neto e os resquícios de ditadura na literatura contemporânea. **Estação Literária**, v. 15, p. 115-128, 2015.

**Eixo 1: Desigualdade social  
e psicologia: questões de  
participação social e política**

# A SUBJETIVIDADE REVOLUCIONÁRIA: QUESTÕES PSICOSSOCIAIS EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE SOCIAL

Bader Burihan Sawaia  
Daniele Nunes Henrique Silva

## Introdução<sup>1</sup>

Durante os anos 70 e 80, período em que ditaduras militares assolaram a América Latina e o Brasil, pesquisadores no campo das Ciências Humanas e Sociais buscaram trazer suas ciências para enfrentar os desafios da realidade nacional, em meio a uma grande efervescência acadêmica mundial de crítica ao modelo positivista e de sua principal proposição: a neutralidade e a objetividade do conhecimento científico (LOWY, 1992). Dentro dessa conjuntura, os saberes *psi* não ficaram excluídos do debate. E, na centralidade dos interesses investigativos, a problemática que envolvia a desigualdade social recebeu destaque por sua urgência e relevância.

Martín-Baró (1996) nos advertiu:

‘Talvez a opção mais radical com que se defronta a psicologia centro-americana hoje.... reside entre aceitar, ou não, acompanhar as maiorias pobres e oprimidas em sua luta por constituir-se como povo novo em uma terra nova. Não se trata de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos (p. 23).

---

1 O texto parte da Palestra proferida no II Colóquio de Psicologia Sócio Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social, Goiânia, em 06/04/2017, com correções das autoras. Os organizadores do livro agradecem aos estudantes Antônio Ribeiro Gugel, Elaine Morais da Silva, Gabrielle Guimarães Mazarão e Guilherme Fischer Mascarenhas, responsáveis pela transcrição do vídeo que deu origem a este capítulo.

Para Lane (2000):

A psicologia social no Brasil era um zero à esquerda, que não interferia em nada, era um saber que partia das teorias americanas para explicar a realidade brasileira. É preciso compreender como o latino-americano singulariza o universal na constituição particular de sua existência (p. 4).

Estas citações – de dois precursores na América Latina do movimento de revisão dos pressupostos teórico-epistemológicos na psicologia social – já apontavam para um redirecionamento do fenômeno psicológico em sua gênese sócio-histórica, como sintetiza Lane (1984): “Toda a psicologia é social, o que significa que cada área da psicologia deve assumir dentro de sua especificidade a natureza histórico-social do ser humano, porém sem perder a sua qualidade de sujeito da história” (p. 9).

Segundo Banchs (1997), a ruptura com o modelo positivista – e consequente paradigma da psicologia da adaptação – configurou o movimento que passou a ser conhecido como psicologia social latino-americana. Tal movimento se inspirou em três matrizes teóricas, a saber:

1. a psicologia da libertação de M. Baró (1986), que segundo a autora, engloba a psicologia política e transformação social de Maritza Montero (1991), bem como a psicologia comunitária de Fals Borda (1978);
2. a psicologia social crítica construcionista de Ibañez (1989) e;
3. a vertente marxista.

Sobre esta última, Banchs (1997) afirma<sup>2</sup>: “Em nosso continente, contamos com algumas contribuições isoladas que focam a psicologia social a partir de uma perspectiva marxista não ortodoxa e com o progresso mais contínuo da Escola de São Paulo<sup>3</sup>” (p. 226).<sup>4</sup>

---

2 Não faz parte desta análise a vertente que se desenhou um pouco mais tarde, inspirada nas reflexões de Foucault, de Deleuze e de Guatarri. Mais informações ver Montero e Christlieb (2003).

3 A autora se refere ao grupo de pesquisa coordenado por Sílvia Lane, na PUC/SP.

4 Texto em espanhol traduzido pelas autoras: “En nuestro continente contamos con algunas aportaciones aisladas que enfocan la psicología social desde una perspectiva marxista no ortodoxa y con los desarrollos más continuados de la escuela de São Paulo”.

Segundo essa perspectiva, a qual nos vinculamos, os fenômenos sociais, incluindo a desigualdade, são psicossociais e se configuram na dialética objetividade/subjetividade. Uma grande contribuição a essa premissa encontramos no debate levantado pelo movimento antimanicomial com sua preocupação em demonstrar que a patologia mental não é um fenômeno natural, mas social. Por isso, era preciso buscar fora da patologia a explicação do fato, como recomendava Basaglia (2010): “reabilitar a cidade, a comunidade e não o doente” (p. 49).

Nesses termos, o psiquismo é compreendido a partir de determinações sociais específicas, sendo constituído por forças antagônicas de transformação e reprodução dentro de uma determinada contextura histórica. Por isso, qualquer acontecimento social é uma problemática psicossocial. E não seria diferente com a questão da desigualdade e da opressão social; ambas passam a ser compreendidas como fenômenos psicossociais, pois estão amalgamadas às bases produtivas, econômicas e políticas de uma determinada sociedade; desdobram-se na constituição do indivíduo que vive e sente *na carne* as mazelas da exclusão/inclusão. Portanto, é fundamental entender aqueles que vivem, que pensam, que agem e que sentem o próprio fenômeno, para compreender e atuar nas questões sociais. Se seguimos esse argumento, assumimos que a psicologia social tem muito a colaborar com a compreensão, planejamento e desenvolvimento de tecnologias sociais orientadas para ações de enfrentamento da desigualdade social.

Ocorre que somente nas últimas décadas, no Brasil, a desigualdade se tornou um objeto de estudo e de atuação no campo da Psicologia brasileira (BOCK; FERREIRA; GONÇALVES; FURTADO, 2007), impulsionada pelo ingresso do psicólogo no SUAS. E, já estava claro que era insuficiente tratar a questão da desigualdade como uma variável independente dos fenômenos psicológicos e, conseqüentemente, tratar a subjetividade como *assujeitada*, ou ainda usar a subjetividade para *psicologizar* problemas sociais, sugerindo que são “todos referentes a gosto ou preferência, tornando-os

banais” (CHAUI, 2006, p.40)<sup>5</sup>.

Buscando contribuir para o constructo teórico desta abordagem, encontramos aqui o compromisso de problematizar criticamente o conceito de subjetividade. Isso nos parece urgente porque ainda não conseguimos consolidar um arcabouço epistêmico satisfatório que trabalhe com tal categoria em uma perspectiva revolucionária; em que o social e o individual sejam compreendidos a partir da totalidade. Constatamos a necessidade de avançar nessa tarefa porque ela nos remonta à problemática psicossocial que envolve a desigualdade social: a tensão interna entre o social e o individual, de um lado, bem como a tensão entre adaptação e transformação, de outro.

É importante encararmos o fato de que as discussões sobre esta temática na psicologia social, por exemplo, ainda refletem esse conflito interno entre o peso do social e do individual, assim como a oposição entre o racional e a afetividade. Essa oposição já revela que, muitas vezes, temos apostado em uma categoria explicativa da subjetividade inodora e insípida, marginalizando a afetividade e extraindo da subjetividade sua característica definidora. Afinal, somos afeto.

Não raramente mantivemos o separatismo epistemológico, trabalhando sob o paradigma da determinação causal (não histórica) e da racionalidade como se os sentimentos pudessem ser destruídos com críticas racionais. Isso ocorre de forma exemplar na atuação da psicologia no SUAS, em que se foca na pessoa em estado grave de sofrimento ético-político, mas contraditoriamente o sofrimento não aparece nos documentos oficiais do SUAS, CREAS e CRAS – ver pesquisa realizada por Benelli (2016). A pessoa sofre, mas o sofrimento não é objeto de análise para a intervenção; a atenção está no sintoma, em resolver o problema, mas não em apreendê-lo a partir das contradições em que o sofrimento é produzido em uma determinada subjetividade histórica.

---

<sup>5</sup> Comentário de Chauí (2006) sobre a tendência de avaliar a corrupção do estado brasileiro como uma questão de moral individual dos políticos.

O descaso com uma mais apurada definição da categoria subjetividade tornou a perspectiva sócio-histórica, particularmente, alvo de críticas acerca de uma politização da Psicologia que, muitas vezes, nega o particular, o desejo e uma *certa individualidade*, na medida que difunde a luta de classes como *remédio* para as dificuldades psíquicas. Entre a ação política e o cuidado, a psicologia sócio-histórica tem sido acusada de escolher somente a ação política. E não seria incorreto afirmar que, não raramente, ficamos como o *Asno de Buridan*; paralisados pela impossibilidade de escolher entre o sujeito e o *socius*; com medo do reformismo, ficamos imobilizados.

O problema, então, é de natureza gnosiológica: a subjetividade ora estava reduzida ao mero reflexo do real, ora restringida à uma construção simbólica ou linguística ulterior ao próprio real (portanto, idealista) (SAWAIA, 2015). Sem dúvida, avanços foram dados; inserimos o fenômeno psicológico no social, mas ao fazê-lo jogamos a criança com a água do banho.

Assim, neste texto decidimos refletir sobre a questão posta pela presente coletânea de analisar a dimensão psicossocial da desigualdade, elegendo como categoria analítica a subjetividade. E para deixar claro o nosso lugar teórico, é melhor esclarecer que falamos da subjetividade revolucionária, da perspectiva da psicologia sócio-histórica de vertente marxista, afirmando a determinação social a partir da compreensão que a passagem do social ao psicológico é um processo dialético, e que liberdade e determinação não são excludentes.

### **Subjetividade na perspectiva sócio-histórica**

No cenário investigativo, mesmo no campo da perspectiva sócio-histórica, a subjetividade aparece na forma de consciência, atividade, sentido, linguagem ou inconsciente. Fala-se também em subjetividade social, coletiva, subjetividade sem sujeito. Subjetividade como ilusão, que induz ao erro, subjetividade sem afetividade. É comum, inclusive, ouvir pesquisadores dizendo que vão além da subjetividade quando pretendem estudar a afetividade – como se ela fosse algo descolado de um sujeito que sente. Mas o mais incrível é que há resistência em se falar na subjetividade asso-

ciada à liberdade, apontando para uma dimensão revolucionária e transformadora. Porém não podemos ignorar o fato de que ela está contida na questão social da desigualdade e qualquer mudança social implica, dialeticamente, em uma transformação subjetiva. E isto é um dos embaraços da psicologia sócio-histórica.

Vigotski, ao longo de suas obras, nos deu algumas pistas ao introduzir o psiquismo na história, demonstrando sua base sociogenética, mas sem perder a singularidade; a capacidade de criação do novo e do belo. Nele, também encontramos uma subjetividade determinada, mas sem estar aprisionada aos modelos homogeneizadores e automatizantes; uma crença na ilimitada capacidade humana de planejar seu futuro, mesmo em condições sociais adversas.

A constituição sociogenética só pode ser explicada porque o que constitui o psiquismo já esteve fora, como relação social. Aqui, o social e o indivíduo formam uma totalidade dramática complexa circunscrita por condições históricas específicas.

Vigotski (1929/2000) afirma:

A personalidade torna-se para si aquilo que ela é em si, através daquilo que ela antes manifesta como seu em si para os outros. Este é o processo de constituição da personalidade. Daí está claro, porque necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros, aquilo que agora é para si. Isto é o centro de todo o problema do interno e do externo (p. 24).

Já exploramos em texto anterior (SAWAIA; SILVA, 2015) que Pino (2000) avança na proposição teórica apontada por Vigotski, afirmando: “que aquilo que é internalizado das relações sociais não se restringe à materialidade, mas ao sentido que elas têm para as pessoas” (SAWAIA; SILVA, 2015, p. 348) num determinado contexto histórico-social. Isso ocorre porque as “relações sociais **se convertem** em funções psicológicas superiores orientadas intrapsicologicamente” (SAWAIA; SILVA, 2015, p. 348 – negrito nosso).

Se isso é verdade, as colocações de Vigotski (e Pino) nos permitem

superar a dicotomia subjetividade e objetividade. E também: a dicotomia razão/emoção/criação (SAWAIA, 2009).

Para Vigotski (1925/1999), no livro *Psicologia da Arte*, um dos maiores erros da psicologia é separar emoção de pensamento, pois são essas dimensões que dão a potência da transformação (ver também LIMA; BOM-FIM; PASCUAL, 2009). Em outro texto, seguindo uma linha argumentativa semelhante, Vigotski (1926/2001) afirma com veemência que o maior erro da educação era ter desconsiderado a criação.

Estes erros decorrem da não adoção do método materialista histórico e dialético, afirmaria Vigotski. Revelam também a incapacidade de a Psicologia explicar objetivamente aquilo que é específico do humano nas suas diferentes teorias, quer seja no pragmatismo mecanicista, quer seja no idealismo subjetivista. Em um lado, o pêndulo pesa para uma compreensão meramente adaptativa e responsiva da subjetividade (sem possibilidades efetivas de criação), por outro lado, o pêndulo flutua nas asas do idealismo subjetivista (em que a criação não pode ser objetivamente explicada, somente criativamente reconhecida como “dom” ou “talento”).

Buscar uma nova síntese para essas visões é o primeiro pressuposto que pretendemos salientar na busca de pistas para compor a concepção de subjetividade revolucionária. Afinal, como explicar a determinialidade dialética da subjetividade revolucionária?

#### a) *Dialética X Determinialidade*

Vigotski foi um dos primeiros psicólogos a apontar, em diferentes momentos de sua obra, as mazelas do separatismo epistemológico à Psicologia dos anos 1920, instigando-a a adotar o método dialético. Nesta direção, propôs a substituição do termo *conceito*, uma ideia epistemológica que divide em partes distintas uma totalidade complexa, por *unidade de análise*, apresentando em “formas pequenas, as propriedades do todo” (1935/1998, p. 22). Nessa direção, ele defendia que a psicologia deveria buscar a sua *mercadoria*, referindo-se ao Capital de Marx; uma unidade de análise capaz de abarcar a totalidade (VIGOTSKI, 1927/1991). No Tomo I, das Obras Escogidas, ele afirma: “...não devemos estudar processos mentais e fisio-

lógicos separados fora de sua unidade, porque nesse caso eles se tornam completamente ininteligíveis. Devemos, portanto, estudar o processo integral que é caracterizado tanto por um lado subjetivo quanto por um lado objetivo” (1934/1991, p. 393).

Aqui já temos uma primeira e fundamental definição do conceito de subjetividade revolucionária: a subjetividade deve ser estudada como uma categoria que retém em forma pequena a propriedade do todo. E, esse todo é o psiquismo sócio-histórico. Para tanto, é necessário considerar a ideia de *homem duplicado*. Afinal, “por trás de todas as funções superiores e de seus nexos estão relações geneticamente sociais, relações reais entre pessoas. Homo duplex” (VIGOTSKI, 2000, p. 26).

#### *b) Perezhivanie: unidade de análise integradora da totalidade corpo e mente*

Ao longo de sua obra, em especial na sua última fase (após anos 30), Vigotski apresenta essa unidade de análise, *perezhivanie*, com o intuito de explicar como ocorre a passagem de fora para dentro sem cair em um mecanicismo. Enfim, como o meio afeta a constituição do psiquismo produzindo a experiência única e intransferível de uma determinada subjetividade.

Muito já foi dito sobre o fato de que não conhecermos nada do zero, mas ancoramos os novos conhecimentos em representações ou categorias de pensamento já existentes na nossa configuração histórica. Tal concepção não era novidade à época de Vigotski, entretanto, sua originalidade – que se impõe aos dias atuais – foi a de introduzir os afetos e a imaginação nessa mediação que é dramaticamente social e individual.

A ideia do autor sobre a experiência, em especial, a atenção atribuída ao termo *perezhivanie*, que alguns traduzem como *vivência emocional*, apresenta, de forma mais explícita, a relação entre imaginação e emoção no processo de conversão do exterior ao interior. Ou seja, não reagimos imediatamente e uniformemente à sociedade, pois esta experiência é mediada pela emoção (VIGOTSKI, 2010).

Vigotski apresentou essa palavra em palestra para mães, realizada nos últimos anos de sua vida, com o objetivo de explicar a singularidade de

cada filho, apesar das semelhanças ambientais. *Perezhivanie* integra a cognição e o afeto, corpo e mente, (re)configurando-se ao longo de nossas vidas. Um prisma pelo qual a determinação do ambiente é refletida e é refratada como se fosse um eixo de luz com múltiplas orientações, o que permite que contextos iguais sejam experimentados de forma singular. Essa passagem revela que a subjetividade não é passiva ou exclusivamente reflexa.

Para Vigotski (1935/1998), “não são os fatores externos em si mesmos que determinam o desenvolvimento psicológico, mas os mesmos fatores refratados pelo prisma da experiência emocional” (p. 180). Daqui decorre que não se deve buscar em nós mesmos o que nos faz sentir mal, nem apenas na sociedade, mas (*des*)cobrir a resultante do prisma como mediador da experiência.

A singularidade sempre foi uma preocupação de Vigotski, ele queria compreender e apontar para a formação do novo homem – na sociedade comunista – sem sucumbir à homogeneização. O conceito de *perezhivanie* nos permite, então, pontuar a segunda característica definidora da subjetividade revolucionária, a saber: o duplo dialético – singular e social – que se integraliza na experiência emocional e criadora de uma subjetividade histórica que contém a imprevisibilidade.

### c) Afeto:

Vigotski destaca os afetos como elemento central na configuração da subjetividade. Ele faz isso ao tirar os afetos da região do erro, elevando-o à dimensão do pensar, sentir e agir (SAWAIA, 2000).

Para tanto, ele afirma que ninguém pensa, sente e age sem estar emocionado. Ele, o afeto, constitui o subtexto de nosso discurso de ações (VIGOTSKI, 1933/2004). Sua afirmação se inspira em Espinosa (Ética) – para compreender a evolução do pensamento de Vigotski no que tange à elaboração de sua teoria das emoções – na concepção monista mente e corpo, razão e emoção. Mas também no pressuposto da indissociabilidade entre a ética e política, como desenvolveremos a seguir.

Espinosa (2004) comenta:

Os filósofos concebem as emoções que se combatem entre si, em nós, como vícios em que os homens caem por erro próprio; é por isso que os homens se habituaram a ridicularizá-los, deplorá-los, reprová-los ou, quando querem parecer mais morais, detestá-los. Acreditam, assim, agir divinamente e elevar-se ao pedestal da sabedoria, ao louvar de muitas maneiras uma natureza humana que em lugar nenhum existe, e atacando através de seus discursos a que realmente existe (cap. I § 1, p.439).

Na concepção espinosista, o afeto contém a ética, pois é o que caracteriza a vivência das mudanças de vitalidade do corpo e da alma produzidas pelas relações sociais. A emoção é o radar ético das formas de afetação do meu corpo e mente pelos encontros que as condições sociais de existência me oferecem, repercutindo em aumento ou diminuição da vitalidade dessa totalidade (ESPINOSA, 2008).

Vigotski explicita que o afeto se torna o lugar de experimentação do mundo, ao mesmo tempo em que é produzido por esse mesmo mundo. Ao fazer isso, ele mantém a dialética externo/interno e abre um campo analítico importante da dimensão psicossocial da desigualdade: a cronicidade dos afetos.

Conforme já abordado anteriormente (SAWAIA, 2000), a desigualdade é fonte da cronicidade de afetos tristes em uma pessoa, grupo, geração e nação. A humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, por exemplo, é efeito da desigualdade política. Como tal, trata-se de um sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014) gestado em condições sociais e históricas específicas, que se transmuta em experiência emocional subjetiva concreta – *perezhivanie*.

Nestes termos, a teoria das emoções de Espinosa, ao mesmo tempo em que redime os afetos, nos torna mais apreensivos com a força deles. Ele nos mostra que o medo e a esperança são dois afetos conservadores e sustentadores de poderes desmesurados, pois nos faz abrir mão da liberdade em nome da segurança. Desta forma, passa-se a ter medo do medo, ou seja, a ser duplamente amedrontado, duplamente angustiado. Angustiado pela situação social e angustiado com a própria angústia de fracas-

sar e perder para as forças conservadoras, culpabilizando-se por isso. Um processo que tende a se cronificar nas experiências da desigualdade como sentimento de desamparo. Um sentimento de que as mudanças estão além de nossas capacidades, pois o desejo de mudar a direção dos acontecimentos é uma fantasia.

Este sentimento é confundido com fatalismo e alienação. A expressão: “Deus quer” pode ser preliminarmente interpretada como alienação perpetrada pela religião, quando na verdade pode ser o contrário; a busca de um sentido que explique minha impossibilidade de mudar e que me enreda na reatividade. Isto é, um agir passivo direcionado pela vontade do outro, algo plausível (se não fosse o contrário), quando esse outro é Deus. Outro exemplo de um agir passivo, apontado por Espinosa (Ética III, Proposição XXXIX, 2008) é o fato de que todo sofredor deseja destruir a causa do sofrimento e da servidão, buscando um agente culpado, algo vivo, no qual possa, sob algum pretexto, descarregar os afetos, em ato ou simbolicamente. E, ele completa essa análise lembrando que, em lugar de execrar ou tentar extirpar, é preciso compreender as emoções:

Visando a política (...), para contribuir para este estudo com a mesma liberdade de espírito que é costume contribuir para as investigações matemáticas, tive todo o cuidado em não ridicularizar as emoções dos homens, não as lamentar, não as detestar, mas adquirir delas verdadeiro conhecimento (ESPINOSA, 2004, cap.1, §4, p.440).

#### *d) A imaginação: a subjetividade revolucionária e o ato criativo*

É importante ressaltar que, para Espinosa, os afetos são experimentados na forma de imagens. O filósofo fala em poder imaginante do corpo “imaginar” e “imaginação” com o sentido de “perceber” e “percepção”. Isto é, imaginar não é inventar pela fantasia (como hoje pensamos), mas perceber sensorialmente as coisas, não como reflexo, mas como imagem. A marca da imagem é a abstração, no sentido rigoroso do termo, é o que está separado de sua causa real e verdadeira e que, por esse motivo, leva a alma a fabricar causas imaginárias (CHAUI, 2003, p. 200).

Assim, a alma (mente) conhece e vive num conhecimento confuso de seu corpo e de si. Tem ideias imaginativas e vive imaginariamente. Isso significa que, para Espinosa, as ideias podem ser ilusórias, uma constatação que alimenta uma de suas angústias, que ele explicita, citando (Ética IV, proposição 17, em ESPINOSA, 2008) uma frase de Ovídio em *Metamorfoses*, pois: “é frequente o fato do Homem conhecer o melhor, mas ser levado a fazer o pior”. Tal constatação atravessa a história repetida vezes e com inúmeras variações, sendo um elemento indiciário das teorias de dois grandes mestres da suspeita: S. Freud e K. Marx.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo como lugar da escolha errada, a imaginação guarda a ideia de transformação, indicando indiretamente a força da subjetividade na orientação da ação social e das rupturas e descontinuidades de ordem psíquica. Ou seja, dialeticamente somos capazes (em termos de potência) de alterar nossas próprias condições objetivas pela ação social, o que também muda a dinâmica do psiquismo (e vice-versa).

A ideia de que somos afetados de diferentes maneiras em nossa existência pela imaginação, inicialmente, retira os afetos (*affectio*) da condição de mero reflexo das forças externas e nos liberta da fisicidade (SAWAIA; MAGIOLINO, 2016, p. 73). E, essa forma de ser afetado e de experimentar o mundo, inicialmente, por imagens – libertando o homem da fisicidade reflexológica – é base do processo transformador, ao mesmo tempo que nos mantém na história. Para Vigotski e Espinosa, a criação não ocorre no abstrato, mas circunscrita à realidade sócio-histórica.

Continuando a travessia na obra de Vigotski, em busca da compreensão da passagem das forças sociais para forças individuais da atividade psíquica como ato criativo, encontramos em Pino (2006) uma importante orientação analítica. Para ele, o psicólogo russo insere a imaginação integrada às demais funções psicológicas, compondo o sistema psicológico. A imaginação abarca uma atividade psíquica complexa em que várias funções (em suas peculiares relações) estão dinamicamente envolvidas (CRUZ, 2015).

Ainda segundo Pino (2006), é no plano da imaginação que começa o processo de criação humana. Antes da materialização, a criação ocorre no imaginário e não se limita à exclusividade do campo artístico, mas implica todas esferas da vida que se referem à resolução de problemas<sup>6</sup>. Assim, se a função imaginária opera no campo que interliga o real e o simbólico muda o estatuto da imaginação; afinal, a mente só erra porque imagina o que sente, mas não erra por imaginar o que sente.

A função imaginária (unidade: emoção e imagem) é, portanto, o que define a condição humana do homem. Isso significa dizer que essa condição é a de liberdade – uma particularidade ontológica que garante a potência revolucionária da subjetividade. E, a imaginação (inseparável da emoção) aparece como processo psicológico fundamental da possibilidade humana de alterar a história (SAWAIA; SILVA, 2015).

#### e) *Subjetividade revolucionária: criação e drama*

No *Manuscritos de 1929*, Vigotski (2000) apresenta outra reflexão importante à concepção de subjetividade revolucionária, que é a ideia de que o psiquismo deve ser analisado como *drama*. Essa ideia *per se* já representa uma crítica radical à lógica formal que analisa a subjetividade pelo princípio da harmonia e do idêntico a si. Segundo Vigotski (2000) não “é possível que haja harmonia no psiquismo se o contexto de luta de classes, sua gênese, é dramático, no sentido de choque de sistemas, contradições” (p.35). Daí propor que se analise o psicológico como drama, lugar de luta de sentidos contrários, de flutuação de emoções.

“A vida é uma luta entre posições sociais, que é convertida em uma dinâmica de personalidade que, portanto, não pode ser harmônica, mas tensionada, dramática, no sentido de sistemas contraditórios [...]”. (VIGOTSKI, 2000, p. 35). O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: a dinâmica da personalidade é o drama (VIGOTSKI, 2000, p. 34).

---

<sup>6</sup> “O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de realizá-la” Marx (s. d.).

Em última análise, isso significa afirmar que o conteúdo dramático e criativo das relações sociais, enquanto elemento da vida concreta (e vivo), é convertido intrapsicologicamente e constitui o próprio psiquismo. Desta forma, é um equívoco pensar que o conteúdo dramático do psiquismo só está no plano *intra*, pois deriva da vivência social e suas contradições históricas. Por isso, não podemos prescrever o desenvolvimento humano; não sabemos para onde ele vai, (ele) nos escapa.

Em um texto anterior (SAWAIA; SILVA, 2015, p. 350), exploramos parte desta reflexão ao analisarmos a tragédia: Othelo (SHAKESPEARE, 1947/2002). Othelo, um mouro general de Veneza, é casado com Desdemona, a quem ama muito. Desdemona revela a reciprocidade desse amor. Contudo, Iago, com raiva de ter sido preterido por Othelo na ocupação de um cargo, faz o mouro crer que Desdemona o trai. Othelo, então, convicto da traição decide matar esposa. Shakespeare está retratando emoções humanas de inveja, amor e ciúmes, mas que representam a vivência de questões sociais

Aqui, percebemos como a criação e o drama das relações sociais vão produzindo o assassino e seu crime; Othelo mata Desdemona, produz-se o assassinato. A ação é criada objetivamente por um mouro, estrangeiro, casado com a filha de um senador, contra a vontade do pai. Vejamos: quem é o culpado pela morte de Desdemona? Othelo, responderíamos. Mas também não seria Iago, que habilmente se aproveita da inserção sócio-histórica do casal? Para além da questão da culpa e da responsabilidade do crime, o que queremos discutir, aqui, é que a dramaticidade das relações sociais encarnadas em Othelo e em Iago fazem do primeiro um assassino.

Continuando os apontamentos sobre drama, Vigotski (2000) escreve:<sup>7</sup>

O drama realmente está repleto de ligações de tal tipo: o papel da paixão, da avareza, dos ciúmes, em uma dada estrutura da personalidade. Um caráter divide-se em dois em Macbeth – Freud. O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: a dinâmica da personalidade é o drama (p. 34).

---

<sup>7</sup> As reflexões sugeridas aqui serão tratadas futuramente em um outro texto. Temos, então, análises preliminares que deverão ser aprofundadas logo que possível.

Com respeito, sugerimos adicionar a esta citação que a dinâmica da personalidade é o drama criador do homem. Assim, o assassinato, como criação, deriva também de uma transformação que se dá na subjetividade de Othelo (social e individual numa determinada totalidade). O desejo de matar Desdemona se configura no plano da imaginação que, ao ser objetivada, transforma-o em um criminoso. Ato criador e conteúdo dramático são, portanto, aspectos definidores para compreensão da constituição social do psiquismo, ou melhor: da subjetividade revolucionária.

*f) O giro ontológico: a potência de vida e a superação da dicotomia determinabilidade e liberdade: a dialética singular/coletivo*

Se isso tudo for correto, e se até agora não tivermos incorrido em algum tropeço teórico, estamos diante da grande questão contida na ideia de subjetividade revolucionária: a dimensão ontológica e ética que nos remete ao sujeito de Espinosa; um ser de potência e paixão que busca a expansão da vida (ESPINOSA, 2008, Ética III, Proposição VII). Essa concepção rebate a ontologia de base hobbesiana, que institui a incompetência da plebe para governar, afirmando que o povo é tão digno de dirigir em lugar de ser dirigido. E que é direito natural de todos passar da condição de servidão à modo livre (CHAUI, 2003). Portanto, podemos afirmar que a subjetividade revolucionária é direito natural de todos.

A ontologia de Espinosa não tem como ponto de partida a natureza culpada ou viciosa dos seres humanos. Sua filosofia é uma ética da alegria, da felicidade, do contentamento intelectual e da liberdade individual e política. É como se ele dissesse que a necessidade básica do homem é a liberdade. Mesmo na miséria, os homens não estão reduzidos à sobrevivência biológica, e que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do humano, um direito natural, que deveria ser a base do direito civil (tal como se vê no *Tratado Político*). Mas não é assim que acontece pela ação das relações de poder e servidão.

Vigotski sabia que não é possível evitar as determinações histórico-sociais. O capitalismo embrutece nossas ideias, bloqueia nossas ações e

“corrompe nossa personalidade” (VIGOTSKI, 1930/2007, p. 4). Mas ele também sabia que, apesar das determinações históricas e sociais, não é possível eliminar o desejo de perseverar na existência e que não é possível eliminar do homem a criação. Ele tinha uma fé inabalável na liberdade, apesar *das forças corruptoras* (VIGOTSKI, 1927/1991, p. 462), apontando que a criação e imaginação não são anuladas pelas determinações sociais, ao contrário, configuram-se nelas. Desdobra-se daí uma questão fundamental à concepção de subjetividade revolucionária: a superação da dicotomia entre *liberdade e determinabilidade*.

Em síntese, Vigotski e Espinosa não negam a determinação social, ao contrário, explicam que a transformação e a criação ocorrem em meio à determinabilidade, eliminando a cisão entre elas. Em outras palavras, a partir das colocações desses autores é possível superar o risco da *dilematização da dialética* entre liberdade e determinação. “Liberdade e determinabilidade não são autoexcludentes” (LESSA, 2012, p. 167). Não há humano sem essa determinação. E liberdade é autonomia que se realiza exclusivamente nas determinações sociais.

Marx (1984) já salientava esta dialética com o *espaço ontológico* onde se encontra o parâmetro da transformação social, que é o da emancipação humana. E introduz, nela, outra dimensão da subjetividade revolucionária: *o comum*<sup>8</sup>.

No presente texto, não há espaço para aprofundar as ideias do comum, mas é importante registrar que a potência revolucionária da subjetividade vem do comum:

Se duas pessoas concordam entre si e unem as suas forças, terão mais poder conjuntamente e, conseqüentemente, um direito sobre a Natureza que cada uma delas não possui sozinha e, quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum, mais direitos terão eles todos. (ESPINOSA, 2004, cap. II, § 13, p. 446).

---

<sup>8</sup> “A emancipação humana só é conquistada quando o homem individual se converte em ser genérico, a partir das relações cotidianas. Em outras palavras, quando o ponto de vista do indivíduo singular é o ponto de vista do comum” (MARX, 1984, p.188 – tradução nossa).

## Considerações finais

Falar em subjetividade revolucionária não é entrar no mundo cor de rosa dos contos de fada. Ela não é inteiramente libertária e nem tudo que vem dela é bom. Ela é atravessada por contradições, podendo ser, ao mesmo tempo, guardiã da democracia e representar o maior perigo contra ela (ESPINOSA, 2008).

Muitas vezes, somos iludidos defendendo nossa servidão, pensando que defendemos nossa liberdade, ou quando buscamos ampliar o controle sobre as condições e melhorar nossa qualidade de vida, servindo aos interesses dominantes. (HOLZKAMP, 2016, p. 164 e 179).

Mas desconsiderar a liberdade é nos enganar ainda mais – e perigosamente – o que nos leva, por exemplo, a classificar de alienação uma ação direcionada pelo desejo de perseverar na existência, como pode ser observado em FAPESP (2017). Nesta pesquisa, sobre a diáspora negra pós-abolição, são revelados que muitos comportamentos criticados como *alienantes*, na verdade, eram modos de libertação e sobrevivência, tais como: responder aos senhores, provocar pequenos prejuízos e etc.; estratégias criadas por mulheres negras para desvalorizar o próprio preço.

É claro que a subjetividade sofre pressões de assujeitamento para se alinhar ao processo de reprodução da ordem desigual capitalista, mas o bloqueio não é pleno. Sempre escapa.

O revolucionário da subjetividade não é apenas fazer pesquisa sobre as marcas da desigualdade em nós. As desigualdades são terríveis e matam. Mas não basta apenas a denúncia dos males que ela causa, o que traz o risco da inexorabilidade das determinações sociais e da concepção de subjetividade como reflexo do real. Um subtexto teórico que impede o técnico do SUAS, por exemplo, de escutar o sofrimento ético-político ou, ao fazê-lo, escutar apenas a falta e a impotência, reduzindo os sujeitos à tutela, reforçando, justamente, o grande sofrimento gerado pela desigualdade social: o cerceamento do direito à escolha, acompanhado da ideia de destino, de indivíduo sem valor e, conseqüentemente, da negação do futuro.

De uma maneira tocante, Graciliano Ramos (2005) mostra que o sofrimento da pobreza não está apenas na fome. Ele está também em um conformismo de pensar-se para sempre no mesmo lugar, marcado pelo destino para ser apenas um desgraçado, vivendo escondido como bicho (RAMOS, 1938/2005).

Retomando a pergunta inicial, podemos afirmar que o impedimento da escolha é uma questão de análise (no sentido vigotskiano) psicossocial da desigualdade, pois contém a dialética singular/ particular/ universal. Ou seja, a relação entre o indivíduo (singular) e o ser humano genérico (universal) se concretiza na relação que o indivíduo tem com a sociedade (particular)<sup>9</sup>.

O impedimento da escolha, pautado pela desigualdade social, mata, pois nos submete à moradia indigna, ao atendimento médico precário, à alimentação adoecedora, à educação sem qualidade, ao imobilismo urbano, à exploração do trabalho. Esse impedimento é vivido como sentimento de humilhação, desamparo, medo, depressão, fatalismo. No dia a dia e nas instituições, ele se aloja nas relações preconceituosas, nas violências de toda ordem. Enfim, em todas as formas de ser tratado como uma pessoa sem importância (invisibilidade social). No plano estatal, ele revela a opção classista do Estado, a injustiça e a mercantilização dos bens comuns (SAWAIA, 2016). Isso tudo nos submete a uma teia de servidão que parece imutável.

Cabe a nós negar essa aparência.

De acordo Chauí (2006, p. 19), “de Aristóteles a Descartes, uma pergunta tem sido constante, vindo a constituir-se como centro e vetor principal no campo da ética e da política: o que está e o que não está em nosso poder?”. Reforçando essa ideia, Chauí faz referência a um trecho de Descartes: “O equívoco mais comumente cometido no que se refere aos desejos é o de não distinguirmos suficientemente as coisas que dependem apenas de nós daquelas que não dependem de maneira alguma (...)” (DESCARTES, 2004, art.144, p.190).

---

<sup>9</sup> Ver proposição de Lukács (1978) e Oliveira (2005) para melhor entendimento desta questão.

Com certeza, depende de nós a mudança da concepção e a forma de trabalhar a subjetividade na Psicologia Social.

## Referências

BANCHS RODRIGUEZ, M.A. **Corrientes teóricas en Psicología Social**. Caracas UCV/Comisión de Estudios de Postgrado, 1997.

BASAGLIA, F. Um problema da psiquiatria institucional: a exclusão como categoria sócio-psiquiátrica. In: AMARANTE, P. D. C. (ed.). **Escritos selecionados em Saúde Mental e reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BENELLI, S. J. Subcidadania e o sofrimento psíquico. In: **Psicologia na Assistência social e o enfrentamento da desigualdade social**. São Paulo: CRP 06, 2016. p. 28-34.

BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Sílvia Lane e o Projeto do 'Compromisso Social da Psicologia'. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, Edição Especial 2: p.46-56, 2007.

CHAUI, M. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAUI, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRUZ, M. N. da. Imaginário, imaginação e relações sociais: reflexões sobre a imaginação como sistema psicológico. **Cad. CEDES** [online], v. 35, p. 361-374, 2015.

DESCARTES, R. As paixões da alma. In: **Descartes** (pp.101-232). São Paulo: Abril Cultural, 2004. p.101-232.

ESPINOSA, B. Tratado político. In: B. de Espinosa. **Espinosa**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. p. 437-516.

ESPINOSA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FALS BORDA, O. Por la práxis. Como investigar la realidad para transformarla. In: C. Valencia (Ed.). **Ciencia y política en las ciencias sociales**. Bogotá: Siglo XXI, 1978.

FAPESP. **Modos de libertação e sobrevivência**. *Pesquisa FAPESP*, ed.

253, p. 256-3-256, mar./2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/03/17/modos-de-libertacao-e-sobrevivencia/>. Acesso em 29 abr. 2019.

HOLZKAMP, K. **Ciência marxista do sujeito**. Maceió: Coletivo Verdadas, 2016. t. I.

IBAÑEZ, T. G. A psicologia social como dispositivo desconstrucionista. In: IBAÑEZ, T. G. (coord.) **El conocimiento de la realidad social**. Barcelona: Sendai, 1989.

LANE, S. T. M. **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE, S. T. M. Diálogos: Sílvia Lane: a construção de uma Psicologia dialética. **PSI Jornal de Psicologia**, v. 122, p. 4-6, 2000.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács. 2012.

LIMA, D.; BOMFIM, Z.; PASCUAL, J. G. Emoção nas veredas da Psicologia Social: reminiscências na filosofia e psicologia histórico-cultural. **Revista Psicologia Argumento**, v. 27, n. 58, p. 231-240, 2009.

LOWY, M. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

MARX, K. **Manuscritos: Economía y Filosofía**. Madrid: Alianza Editorial. 1984.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (s. d.). v. 1.

MONTERO, M. Psicología de la liberación. Propuesta para una teoría sociopsicológica. In: RIQUELME, P. (ed.). **Otras realidades, otras vías de acceso**. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. **Boletín de Psicología**, Univ. Centroamericana José Simeón Cañas, El Salvador, v. 5, n.22, p. 219-231, 1986.

MARTÍN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

- MONTERO, M.; CHRISTLIEB, P.F. (ed.). (2003). Special Issue: Critical Psychology in Latin America. *Critical Psychology: The International Journal of Critical Psychology*, (9). London: Lawrence & Wishart. 2003.
- OLIVEIRA, B.A Dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S. T. M. **Método Histórico-Social na Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- PINO, A. A. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educ. & Soc.**, v. 21, n. 71, p. 45-78. 2000.
- PINO, A. A. Produção imaginária e a formação do sentido estético. Reflexões úteis para uma educação humana. **Pro-posições**, v. 17, n. 2, p.47-69, 2006.
- RAMOS, G. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Editora Record, [1938]2005.
- SAWAIA, B. B. A emoção como locus da produção do conhecimento. In: **Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural**, 3. Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp/FE, 2000. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/br2000/credi.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.
- SAWAIA, B. B. **As artimanhas da Exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SAWAIA, B. B. Psicologia Sócio-Histórica: interdisciplinaridade e transformação social – uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. In: MARTINS, S. T. F. **Psicologia Sócio-histórica e Contexto Brasileiro**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 11-28.
- SAWAIA, B. B.; MAGIOLINO, L. S. As nuances da afetividade: emoção, sentimento e paixão. In: BANKS-LEITE, L.; SMOLKA, A. L. B.; ANJOS, D. D. dos (org.). **Diálogos na perspectiva histórico-cultural: interlocuções com a clínica da atividade**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.
- SAWAIA, B. B.; SILVA, D. N. H. Pelo reencantamento da psicologia: em busca da positividade epistemológica da imaginação e da emoção no de-

senvolvimento humano. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. esp, p. 343-360, 2015.

SHAKESPEARE, William. **Otelo, o mouro de Veneza**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VIGOTSKI, L. S. **A Transformação Socialista do Homem**. 1930. Disponível em: file:///C:/Arquivos Rosa/view\_text.htm\_. Acesso em: 30 abr. 2018.

VIGOTSKI, L. S. El significado histórico de la crisis de la psicología: una investigación metodológica. In: VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Madri: Visor, [1927]1991. v. 1. p. 254-407.

VIGOTSKI, L. S. El problema y el método de investigación. In: VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Madri: Visor. [1934]1991. v. 1.

VIGOTSKI, L. S. El papel del ambiente en el desarrollo del niño. In: BLANCK (ed.). **La genialidade y otros textos inéditos**. Buenos Aires: Editorial Almagesto. [1935]1998.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, [1925]1999.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 21-44, [1929]2000.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, [1926]2001.

VIGOTSKI, L. S. **Teoría de las emociones**: Estudio histórico-psicológico. Madrid: Akal, [1933]2004.

VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. **Psicologia USP**, v. 21 n. 4, p. 681-701, [1935]2010.